

Artigos Originais

O ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO DO CEARÁ À LUZ DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Original Articles

CEARÁ PUBLIC BASIC EDUCATIONS ANALYZED THROUGH SOCIOECONOMIC TRANSFORMATIONS IN THE FIRST DECADE OF TWENTY-FIRST CENTURY

Gerardo Clésio Maia Arruda*

<http://lattes.cnpq.br/9384576454169980>

clesioarruda@yahoo.com.br



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)



RESUMO

Neste artigo se procura, com base na realidade do Estado do Ceará, fazer um diagnóstico das implicações das mudanças na estrutura demográfica e no cenário socioeconômico para o ensino fundamental público. Busca-se justificar a necessidade premente de se fazer um esforço para melhorar os índices quantitativos e qualitativos deste segmento educacional, bem como demonstrar que o ensino fundamental deve ser avaliado e refletido a partir de sua interconexão com outras partes do sistema de ensino e, sobretudo, com outras estruturas sociais, como a família, a economia e o Estado. Para tanto, fez-se uma pesquisa documental e, conseqüentemente, a sistematização de dados quantitativos concernentes ao estoque dos empregos formais dos setores econômicos, da população dividida em seus estratos etários e do número de matrículas do ensino fundamental, médio e superior do Estado do Ceará; mais especificamente, procedeu-se a ordenação de dados demonstrativos do desempenho do ensino fundamental, no que se refere às taxas de matrícula, de abandono e de reprovação por macrorregião. Neste sentido, priorizou-se uma reflexão do ensino fundamental público cearense como um fenômeno que deva ser compreendido como parte constituinte da dinâmica do corpo político, uma vez que influi e é influenciado pelo conjunto de instituições que formam a contextura da sociedade. Conclui que, para além de soluções coercitivas, é imperativo se pensar uma regulação indutora da elaboração de um consenso que perceba o capital humano como fator fundamental para a geração de bem-estar social.

Palavras-chave: ensino fundamental. políticas públicas. desenvolvimento.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS) e da Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

ABSTRACT

This study has as a goal, using the Ceará State reality as base, to make a diagnosis of the implications about the changes in demographic structure and in socio-economic scenario for the basic education. It is searched to justify the urging need of making efforts to improve quantitative and qualitative rates of this segment in the education system, as well as illustrate the necessity of evaluate basic education using it's interconnection with other education system segments', also other social structures, as family, economy and the State. To achieve this goal, we used the method of documental research, followed by quantitative data organization regarding; formal jobs in the economic sectors, population dividing in age layers' and the numbers of enrollment in junior high, middle school and college in Ceara, primarily, conducting ordinance of demonstrative data regarding educational achievement in basic education, based on enrollment, dropout and fall rates by macro-region. Junior high, here, was prioritized as the phenomenon that needs to be understood as a politics constituent's, since it has a serious impact and suffers impact by all society ensemble institutions in the contexture. Thus, in conclusion, beyond coercive solutions, it's compulsory to consider a regulation that implies a consensus elaboration realizing human capital as a main factor to implant well-being.

Keywords: basic education. public policies. development.

INTRODUÇÃO

O período recente da economia mundial foi marcado por duas questões que ocasionaram e continuam a provocar mudanças substanciais nas dinâmicas de funcionamento das estruturas socioeconômicas de países do norte e do sul, ocidentais e asiáticos, desenvolvidos e subdesenvolvidos. Uma destas questões é o extraordinário avanço técnico-científico e sua aplicação cada vez mais intensiva à produção de mercadorias. A superação da produção eletromecânica e a consolidação de uma base produtiva apoiada na informática e na robótica são, atualmente, percebidas como um processo irrefreável e com tendência a se plasmar em todos os setores das sociedades. Outra questão fundamental é a consolidação dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia, África do Sul e China), nestas primeiras décadas do século XXI, como nações destacadas na produção e expansão econômica mundial. Com efeito, estes países estão transitando para a condição de superpotências mundiais capazes de influir fortemente nos marcos regulatórios das transações internacionais.

No cerne deste contexto, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentou um comportamento que delineou uma curva de crescimento

constante e que dá sinais de continuidade no longo prazo. Confrontado com o crescimento médio do PIB mundial, o Brasil superou as expectativas mais otimistas e passou a ocupar o sétimo lugar do *ranking* econômico mundial. O recrudescimento deste movimento tem levado especialistas a projetarem a economia nacional como integrante, nos próximos cinco anos, do seleto grupo das cinco maiores economias do planeta. Porém, à medida que a economia brasileira demonstra uma tendência de crescimento sustentável e de um inevitável aprofundamento de sua inserção nas transações comerciais globais, torna-se premente a aceleração da adoção de inovações tecnológicas na base da produção de mercadorias e de prestação de serviços, o que implica na necessidade de ampliação da qualidade do sistema de educação.

De acordo com dados divulgados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o crescimento do PIB brasileiro, para o período de 2000 a 2010, foi da ordem de 43,6%; enquanto o da Região Nordeste alcançou a taxa de 48,6%. Já o comportamento do PIB do Estado do Ceará, de acordo com informação do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPESC), se verificou, para o mesmo período, um aumento correspondente a 45,6%, portanto, acima da média nacional.

Este cenário indica que a economia nacional está se tornando complexa, na medida em que amplia o espaço de competição no plano internacional. Já o Nordeste e, mais especificamente, o Estado do Ceará seguem o mesmo caminho, mas de maneira mais acelerada. Isto remete para a necessidade de se acompanhar sistematicamente o desempenho na formação do capital humano. Uma vez que o crescimento e, principalmente, o desenvolvimento econômico requerem investimentos garantidores da produtividade, ou seja, ampliação e melhorias na infraestrutura e na formação educacional e na qualificação profissional da mão-de-obra.

A elaboração e aperfeiçoamento de métodos de avaliação e a realização de estudos sobre a eficiência do sistema educacional são de suma importância porque se tratam de mecanismos de aferição de uma dimensão da estrutura social basilar para o crescimento econômico e para a construção de disposições geradoras de bem-estar social. Vieira (2008) alude que, embora os

seus efeitos se façam sentir no longo prazo, a educação se trata de instrumento capaz de ocasionar a melhoria da qualidade de vida da população. Barros (2002), a partir de estudos comparativos, demonstra que a educação é um mecanismo de elevação do PIB *per capita* e da renda média assalariada. Enfim, a educação, para além de um instrumento promotor da emancipação política e da cidadania ativa, é um recurso indutor do aumento da produtividade; portanto, funciona como política econômica, na medida em que contribui para o aumento da riqueza, e, simultaneamente, como política social, porque também corrobora para a diminuição da pobreza.

O Estado do Ceará, no rastro da economia nacional, vive um momento ímpar no que concerne o aumento da produção da riqueza; porém, a continuidade da expansão de sua economia e a distribuição de seus benefícios, por intermédio da elevação do bem-estar social, demanda esforços para garantir a universalização do ensino e, principalmente, exige medidas constantes de aperfeiçoamentos visando o atendimento das novas qualificações requisitadas pelo setor produtivo.

Com efeito, pressupõem-se, neste artigo, que a educação é fundamental para a sedimentação dos princípios da cidadania ativa, dado o interesse pelas questões coletivas despertadas nos indivíduos que detém mais anos de estudo de qualidade, mas é também fator de competitividade econômica, porque funciona como atrativo de investimentos externos produtivos e permite a realocação de capitais locais da especulação financeira para a produção de mercadorias, assim criando postos de trabalho de melhor qualidade e de maior remuneração.

Neste sentido, fez-se aqui um esforço para apreender o ensino fundamental público dos municípios cearenses, considerando o movimento de variáveis socioeconômicas do Estado, com o intuito de contribuir para o debate acerca das políticas públicas que, direcionadas para o campo da educação, possam viabilizar a expansão econômica no longo prazo e promover a equidade social. Para tanto, o artigo está dividido, além desta parte introdutória, em um item que explicita o comportamento recente de variáveis indicativas do desempenho socioeconômico do Estado do Ceará; noutro item que busca

delinear um quadro geral do ensino fundamental cearense; e no item conclusivo, onde se faz um esforço de síntese, salientando os principais elementos, explicitados ao longo do texto, que devem ser considerados no planejamento e na execução de políticas públicas que objetivem a melhoria do desempenho educacional do ensino fundamental público.

EVOLUÇÃO RECENTE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO ESTADO DO CEARÁ

Com o intuito de verificar os desafios que se apresentam ao planejamento educacional cearense, será aqui observada a estrutura socioeconômica do Estado do Ceará, a partir da análise do comportamento recente de variáveis referentes aos aspectos demográficos, do mercado de trabalho e do sistema educacional.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou, no Estado do Ceará, em 2010, uma população de 8.452.381 habitantes, sendo que, deste total, 75% residem nas áreas urbanas e 25% na zona rural. Este resultado situou o Ceará como o terceiro Estado mais populoso da Região Nordeste e o oitavo do Brasil. Com um contingente de 2.452.185 habitantes, Fortaleza concentra 29% da população do Estado; em seguida, entre os mais populosos, aparecem os municípios de Caucaia, 325.441, Juazeiro do Norte, 249.939, Maracanaú, 209.057, Sobral, 188.233, Crato, 121.428, Itapipoca, 116.065 e Maranguape, 113.561.

A distribuição da população do Ceará, por grupos etários, desenhou um movimento semelhante ao observado para o conjunto da população brasileira nos últimos dez anos. O contingente com até 14 anos de idade teve, de 2000 para 2010, uma redução equivalente a – 12,20%; o intervalo etário de 15 a 64 anos, em que se encontram as pessoas em idade ativa, oscilou positivamente em 25,52%; os idosos, as pessoas com 65 anos ou mais de idade, foi o segmento com o maior percentual de crescimento, 39,81%. Este quadro, onde se percebe a redução da população jovem e o crescimento do contingente de idosos, é uma reprodução do que se verificou com os países ocidentais industrializados; porém, no Ceará, assim como no Brasil, a velocidade desta

mudança é bem superior ao que se registrou historicamente na França e Inglaterra, por exemplo. Como chama a atenção Turra (2000), estamos construindo em 20 anos uma estrutura demográfica que estes países levaram 50 anos para consolidar.

Tabela 01
Distribuição da População por Grupos Etários
Estado do Ceará
2000/2010

GRUPOS ETÁRIOS	2000		2010		B/A.100
	TOTAL (A)	%	TOTAL (B)	%	
Até 14 anos	2.492.269	33,54	2.288.250	25,89	- 12,20
15 a 64 anos	4.479.508	60,28	5.622.575	66,52	25,52
65 anos e mais	458.884	6,18	641.556	7,59	39,81
TOTAL	7.430.661	100,0	8.452.381	100,0	13,75

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A evolução demográfica observada para o Estado do Ceará indica uma situação excepcional, quando se analisa os dados populacionais em relação ao potencial de impactos positivos que podem se desdobrar sobre a economia e o mercado de trabalho. Isto porque o registro da população em Idade Ativa, para o ano de 2010, atingiu o patamar de 66,52% do total da população, superando a do segmento de Inativos, que atingiu o percentual de 33,48% do total da população cearense. É possível inferir que este comportamento da estrutura populacional do Ceará acompanhe as estimativas realizadas para a população brasileira, como indica Turra (2000), ou seja, de que esta situação se mantenha até o ano de 2025. Este cenário permite concluir que o Ceará está abastecido de força de trabalho para mover uma produção massificada, o que significa que é possuidor também de condições concretas para o alargamento do mercado de consumo interno.

Mas para efetivar este potencial, é preciso que medidas urgentes de capacitação dos recursos humanos sejam adotadas. Almeida e Barreto (2008), ao realizarem estudo sobre a evolução da riqueza *per capita* e a sua

distribuição entre os municípios cearenses, a partir de uma base empírica que considerou investimentos físicos e culturais no Estado do Ceará para os anos de 1996 a 2003, concluíram que para a consecução de uma riqueza mais ampla e equânime é imprescindível que sejam efetivados investimentos em políticas educacionais. Isso porque, “além de contribuir para o crescimento da renda *per capita*, o capital humano desempenha um importante papel no sentido de promover a equidade regional, reduzindo as disparidades de renda entre os municípios.”

O estudo de Lima et al. (2008) também corrobora com a assertiva que propõe o investimento nos recursos humanos como fator fundamental para o desenvolvimento social. Os autores defendem esta hipótese com base em análise que busca compreender as determinações para o crescimento que ocorreu no Ceará. E desenvolveram seus argumentos com base na construção de um Índice de Capital Humano (ICH) e considerando o desempenho do ensino fundamental do Ceará em 2006, que se situou acima da média da Região Nordeste, mas que não alterou a condição de pobreza de sua população. Os pesquisadores, fundamentados em evidência empírica para todos os municípios cearenses, salientam as condições precárias do ensino básico como ponto de estrangulamento ao crescimento econômico e fator impeditivo para uma melhor distribuição da riqueza e geração de bem-estar social.

Por outro lado, um cenário demográfico que aparece como uma vantagem comparativa poderá vir a ser um grave problema social, caso não se promova uma capacitação adequada dos recursos humanos, pois taxas de desemprego elevadas requerem vultosos investimentos do Estado para garantir a sobrevivência dos que se encontram nesta situação e para combater consequências negativas daí derivadas, como mendicância, prostituição e violência.

Com relação ao estoque de pessoas ocupadas em empregos formais no Estado do Ceará, aqueles regulados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), observou-se um incremento de 266.400 ocupados com registro em Carteira de Trabalho no intervalo de 2007 a 2010. Este resultado significou, em

termos relativos, uma ampliação no estoque de empregos de 25,15%. No período aqui focado, verificou-se que o setor de atividade econômica que teve o estoque de emprego mais elevado foi o da construção civil, que no período ampliou o número de postos de trabalho formais em 99,82%; o comércio, o serviço e a indústria também registraram crescimento do número de pessoas empregadas, na seguinte ordem 34,75%, 21,20% e 20,16%; já na agricultura ocorreu uma redução de -7,46% dos postos de trabalho.

Tabela 02
Total de Empregos Formais por Subsetor de Atividade
Estado do Ceará
2007 a 2010

Ano	Setor de Atividade					
	Total	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
2007	1.059.392	217.373	38.020	155.512	624.411	24.076
2008	1.129.999	224.660	45.715	169.887	664.227	25.510
2009	1.236.261	246.438	58.435	185.522	721.433	24.433
2010	1.325.792	261.198	75.973	209.548	756.793	22.280

Fonte: Instituto do Desenvolvimento do Trabalho (IDT)/Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Este movimento dos postos de trabalho formal consolida a tendência da transformação do mercado de trabalho cearense, que se mostra cada vez mais complexo e demandante de qualificação mais aprimorada. Isto se percebe quando se verifica a participação de cada setor de atividade econômica na constituição do total de estoque de empregos. Tomando como referência o ano de 2010, tem-se que o total de empregos gerados na agropecuária representa 1,68% do estoque total de empregos formais do Estado do Ceará, a construção civil tem uma participação de 5,73%, o comércio 15,80%, a indústria 19,70% e os empregos registrados no setor serviços constituem a maior parte dos empregos formais, na medida em que se registra um percentual de 55,94%.

Vê-se aí que a agricultura e a construção civil são os setores de atividade econômica com menor participação na constituição do estoque de empregos. Estes setores possuem uma inserção de inovação tecnológica mais demorada, quando se compara com os demais setores de atividade econômica, de sorte que a seleção de trabalhadores é feita com base no conhecimento adquirido no exercício da profissão, na experiência de trabalho,

enquanto a escolaridade e o aprendizado técnico profissionalizante são requisitos secundários. Já quanto às habilidades necessárias ao desempenho de atividades na indústria, que é o setor inaugurador da sociedade moderna, o que se percebe é a existência de uma crescente necessidade de ampliação de conhecimento formal (escolar e tecnológico) para os trabalhadores permanecerem no desempenho de suas atividades. Esta característica resulta do processo inerente à produção industrial que implica na permanente inovação das máquinas, dos equipamentos, do sistema organizacional e do produto. Já o comércio e o setor de serviços, atualmente o grande gerador de ocupação, seguem o mesmo padrão de desenvolvimento tecnológico da indústria.

A ampliação contínua do conteúdo tecnológico da produção já seria suficiente para justificar um maior desprendimento de esforço na formação educacional e na capacitação profissional dos recursos humanos; mas, deve-se ainda considerar o fato de que é característica do setor serviços a necessidade de maior habilidade cognitiva em relação às habilidades motoras para o exercício de suas atividades. Isto se deve, em parte, a dificuldade da padronização das tarefas constituintes do escopo dos postos de trabalho do setor de serviços, que exige capacidade de interação do prestador do serviço com os clientes, dado que em muitos subsetores da atividade de serviços é impossível prever todas as demandas dos clientes, restando quase sempre um espaço para reflexões e tomadas de decisões que não estão previstas na normatização das funções. Por isto, um mercado de trabalho em que predomina ocupações nas atividades de serviços requer trabalhadores com um nível mais elevado de conhecimento e, principalmente, com a capacidade de aprendizado permanente.

O exame de algumas variáveis do sistema educacional cearense nos deixa antever, diante das questões aqui suscitadas acerca da estrutura populacional e do mercado de trabalho, a necessidade premente de se promover mudanças e aperfeiçoamentos na tentativa de se buscar melhorias quantitativas e qualitativas neste campo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera alfabetizado o indivíduo capaz de ler e escrever no próprio idioma um bilhete simples. E o que os dados deste instituto projetam é que está ocorrendo uma ampliação do número de alfabetizados em contrapartida à redução de não alfabetizados. A análise feita pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) demonstra que, no longo prazo, esta é uma tendência que está se consolidando, de sorte que entre as pessoas com cinco anos ou mais de idade, no período de 2000 para 2010, ocorreu uma ampliação da quantidade de alfabetizados que elevou a taxa para 81,2%.

No curto prazo, observando os dados da tabela 03, que indicam a evolução da alfabetização ocorrida na passagem de 2008 para 2009, se constata que esta tendência parece não arrefecer, pois entre os homens houve uma ampliação de 0,8% e entre as mulheres a quantidade de alfabetizadas cresceu em 2,66%. Este dado indica que o gênero feminino no Ceará, como ocorre no Brasil, se projeta para se manter a frente do gênero masculino no concernente à escolaridade.

Importa ressaltar que, à medida que nos aproximamos da alfabetização plena da população, menor serão as taxas de crescimento, uma vez que as pessoas que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola no tempo ideal, principalmente os adultos analfabetos que trabalham na informalidade, apresentam maior resistência aos programas de incentivo à alfabetização. Isto ocorre porque os indivíduos, nesta situação, não percebem como a educação implicaria em benefícios imediatos para sua sobrevivência ou, ainda, não dispõe de tempo, dada à submissão a trabalho de longa jornada ou mesmo porque dimensionam como sendo impossível a alfabetização após muitos anos afastados da escola.

E justamente devido ao avanço na erradicação do analfabetismo, não é exagero afirmar que já é possível se pensar, no Brasil, numa escola que promova a alfabetização através do aprendizado da língua escrita de forma mais contundente e elaborada, como propõe Rockwell (1985). Noutras palavras, que o domínio da língua escrita seja acompanhado de uma capacidade cognitiva para além do domínio da escrita e da leitura de textos

simples. Enfim, a sociedade brasileira já pode – e deve - se colocar como meta a erradicação plena do analfabetismo funcional, entendido como sendo formado pelos indivíduos que não compreendem o texto em prosa, como mensagens, notícias e instruções, não são capazes de entender informações esquemáticas e numéricas, como as tabelas e gráficos, nem possuem habilidades de escrita e cálculo para fins pragmáticos em contextos cotidianos, domésticos ou de trabalho.

Tabela 03

Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por situação do domicílio e sexo, segundo a alfabetização
Estado do Ceará
2008 - 2009

Alfabetização	Urbana				Rural			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Alfabetizados	2.361.818	2.385.529	2.709.095	2.780.991	593.949	594.388	630.696	647.804
Não alfabetizados	503.953	484.576	448.785	452.278	346.157	330.441	250.597	220.402
TOTAL	2.865.771	2.870.105	3.157.880	3.233.269	940.106	924.829	881.293	868.206

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)

As matrículas do ensino fundamental, considerando os nove anos de formação, diminuíram em -2,50% de 2008 para 2009. A observação dos dados referentes aos anos extremos permite constatar que as matrículas oscilaram negativamente no 1º ano em -4,96% e positivamente no 9º ano em 1,31%; quanto à diminuição de matrículas no ano inicial, parte da explicação encontra-se na redução que se tem verificado na base da estrutura populacional, como já indicado anteriormente; com relação ao aumento de matrículas no último ano deste ciclo de ensino, a resposta pode ser encontrada tanto no esforço de alguns municípios para aperfeiçoar o sistema de ensino fundamental, assim reduzindo a taxa de evasão, que é historicamente mais elevada a partir do sexto ano, como na pressão exercida pelo mercado de trabalho sobre as famílias, dada a demanda de maior qualificação e tempo de escolaridade realizada pelas organizações produtivas.

Os dados da tabela 04 indicam ainda que o 1º e o 9º ano têm as menores participações na composição da totalidade de matrículas no ensino

fundamental, 9,87% e 9,38%, em 2008, 9,62% e 9,75%, em 2009, respectivamente. Isto se deve ao fato de que a efetivação de matrículas no 1º ano não corresponde ao total da população que se encontra na faixa etária ideal, entre cinco e seis anos, de maneira que algumas famílias buscam inserir os filhos no sistema educacional quando os filhos atingem a idade de sete anos, algumas famílias porque privilegiam a alfabetização dos filhos em “escolinhas” não regulamentares e outras que, devido a fatores diversos – inclusive ao desconhecimento ou desmotivação –, retardam o ingresso do filho na escola. Esta atitude é prejudicial para o sucesso da alfabetização e mesmo para a preparação cognitiva necessária para a absorção dos conhecimentos transmitidos nos anos subsequentes, uma vez que quando o aluno entra em contato com o ambiente escolar na idade correta mais ele se capacita para a introdução dos métodos de aprendizagem. Já o menor número de matrículas no 9º ano pode ser imputado a dois fatores, em primeiro lugar, a desmotivação dos alunos, que se deparam nas séries finais com um ensino especializado, que privilegia o conteúdo de um amplo leque de disciplinas, não sendo mais restrito ao aprendizado da leitura, da escrita e das operações matemáticas simples, característico das séries iniciais do ensino fundamental; em segundo lugar, alguns jovens ao atingir os 14 anos, ou mesmo antes, dividem o tempo de estudo com o trabalho, principalmente os filhos das famílias de baixa renda, sendo que existem trabalhos que tornam impeditiva a conciliação com o estudo e outros que infligem um cansaço físico e/ou mental, que gradativamente desestimula a permanência na escola, e dado à necessidade de contribuir com a renda familiar o trabalho torna-se prioritário em relação ao estudo.

Tabela 04
Matrícula inicial no ensino fundamental, por série
Estado do Ceará
2008 - 2009

Ano	2008			2009			B/A.100
	Total (A)	%	Δ	Total (B)	%	Δ	
1º Ano	157.026	9,87	-	149.234	9,62	-	-4,96
2º Ano	173.793	10,92	10,68	172.196	11,10	15,39	-0,92
3º Ano	179.115	11,26	3,06	176.553	11,38	2,53	-1,43
4º Ano	182.911	11,50	2,12	177.254	11,43	0,40	-3,09
5º Ano	187.563	11,79	2,54	177.924	11,47	0,38	-5,14
6º Ano	206.115	12,97	9,89	200.157	12,91	12,49	-2,89

7º Ano	185.857	11,68	-9,83	181.242	11,69	-9,45	-2,48
8º Ano	169.144	10,63	-8,99	165.215	10,65	-8,84	-2,32
9º Ano	149.205	9,38	-11,79	151.155	9,75	-8,51	1,31
TOTAL	1.590.729	100,00	-	1.550.930	100,00	-	-2,50

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)

O desempenho do sistema educacional cearense relativo ao ensino médio apresenta resultados mais críticos com relação à evasão, de tal maneira que as matrículas se reduzem abruptamente na medida em que se avança da série inicial para as seguintes. Ou seja, as matrículas efetivadas no 1º ano correspondem a 40,73% do total de matrículas do ensino médio para o ano de 2009 e atingiu 40,28% no ano de 2010; porém, quando se passa para o 2º ano a percepção que se sobressai é a de queda do número de matrículas, equivalente a -19,82, em 2009, e -19,66%, em 2010.

Já com relação ao 3º ano, o que se verifica é uma continuidade da tendência de redução do número de matrículas, quando se compara com as matrículas efetivadas no ano imediatamente anterior; porém, há um comportamento positivo no dado de 2010, o de que a queda foi menor do que no ano anterior, pois se em 2009 chegou-se a um número de matrículas no 3º ano de -18,49%, quando comparada com as do 2º ano, em 2010, observou-se o patamar de -15,45%.

Tabela 5
Matrícula inicial no ensino médio, por ano
Estado do Ceará
2009 - 2010

Série	2009			2010			B/A.100
	Total (A)	%	Δ	Total (B)	%	Δ	
1º ano	168.942	40,73	-	164.753	40,28	-	-2,48
2º ano	135.462	32,65	-19,82	132.360	32,36	-19,66	-2,29
3º ano	110.417	26,62	-18,49	111.913	27,36	-15,45	1,35
Total	414.821	100,00	-	409.026	100,00	-	-1,40

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)

Aqui, também como fator indutor de desistência da permanência do jovem no sistema educacional, encontra-se a imposição de se buscar uma atividade de trabalho, que se abate sobre este segmento populacional como alternativa a composição da renda familiar; contudo, importa considerar ainda que, neste ciclo do sistema de ensino, há uma ampliação da complexidade dos

conhecimentos transmitidos, que requerem uma base mais elaborada de leitura, da escrita, de interpretação de textos e do domínio das operações matemáticas básicas para a absorção dos conteúdos ministrados. Ora, se na fase anterior, no ensino fundamental, o aprendizado for deficiente, ter-se-á no ensino médio uma maior predisposição para o abandono escolar, na medida em que as barreiras enfrentadas aparecem como sendo intransponíveis e provocam a frustração e o desânimo.

Considerando que, no ensino médio, como defende Castro (2008), é preciso transmitir ao aluno uma cultura científica, assim dotando-o de capacidade para o exercício de uma atividade profissional técnica ou para a aquisição de conhecimentos que permitam seu ingresso no ensino superior, os dados analisados induzem a conclusão de que se fazem necessárias medidas de correção no ensino médio *vis-à-vis* a intervenções no ensino fundamental. Isto porque a questão que se põe é como proporcionar um ensino médio como requerido pela literatura especializada se a qualidade do aprendizado está comprometida já nos primeiros anos do nível anterior. Pois, não podemos esquecer que as raízes do problema do ensino médio é uma questão histórica que remonta ao descaso do Estado brasileiro, que atravessou todo o período republicano e até o presente momento ainda não ensaiou políticas públicas consistentes direcionadas para a educação promovida pelo poder público para as crianças de baixa renda.

Já os dados do ensino superior cearense, para o biênio 2007/2008, indicam um crescimento do total de matrículas correspondente a 12,87%. As faculdades privadas contribuíram mais intensamente para esta expansão, uma vez que tiveram as matrículas ampliadas em 27,31%, e as universidades públicas estaduais, que apresentaram crescimento de 22,26%. Ressalte-se que o crescimento das matrículas nas universidades públicas estaduais ocorreu principalmente no interior do estado, que respondeu a antiga reivindicação de oportunidades de aprendizado fora da capital. Também se verificou o aumento das matrículas nas universidades públicas federais, da ordem de 8,40%, ao contrário das estaduais que tiveram o crescimento concentrado no interior, as

federais expandiram suas matrículas divididas entre a capital e o interior do estado.

Na tabela 6 está discriminado, na coluna que lista as instituições de ensino superior, o item universidades privadas, que permaneceu com suas matrículas praticamente inalteradas no biênio aqui enfocado. Ressalte-se que o Estado do Ceará conta somente com uma universidade privada, situada na capital. E como ocorreu um crescimento das matrículas nas faculdades privadas, a maioria delas sediadas na capital, tem-se aí que apesar do avanço de matrículas no interior, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) segue concentrando a oferta de capacitação no ensino superior.

Tabela 06

Matrículas no ensino superior, segundo a organização acadêmica e a categoria administrativa
Estado do Ceará
2007 - 2008

Discriminação	Ano					
	2007			2008		
	Total	%	%	Total	%	%
Universidades públicas estaduais	26.314	36,38	21,72	32.172	40,24	23,53
Universidades públicas federais	22.286	30,81	18,40	24.158	30,22	17,67
Universidades privadas	23.729	32,81	19,60	23.612	29,54	17,27
Total de matrículas em universidades	72.329	100,00	59,71	79.942	100,00	58,47
Faculdades privadas particulares	36.995	90,89	30,53	47.099	90,63	34,45
Faculdades privadas comunitárias/confessionais	3.710	9,11	3,06	4.869	9,37	3,56
Total de matrículas em faculdades	40.705	100,00	33,60	51.968	100,00	38,01
Centros de educação tecnológicas públicos	3.913	48,30	3,23	4.810	100,00	3,52
Centros de educação tecnológicas privados	4.188	51,70	3,46	-	-	-
Total de matrículas em centros tecnológicos	8.101	100,00	6,69	4.810	100,00	3,52
Total de matrículas no ensino superior	121.135	-	100,00	136.720	-	100,00

Fonte: Instituto de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

Assim como o problema da qualidade do ensino médio remonta ao ensino fundamental, o do ensino superior remonta aos dois ciclos anteriores. A pesquisa de Dias (2000) indica que o desenvolvimento tecnológico impulsiona a elevação da escolaridade através da redução de taxas de analfabetismo e das gerações com poucos anos de estudo. Mas aqui nos encontramos diante

de variáveis mutuamente condicionantes, pois, se de um lado, o desenvolvimento tecnológico ocorre nas sociedades detentoras de capital humano de qualidade, de outro lado, as pessoas têm motivação para buscar mais conhecimentos naquelas sociedades produtoras de tecnologia.

Neste sentido, o desenvolvimento tecnológico é limitado ao capital humano existente, de sorte que quanto maior a sua disponibilidade mais intensiva é a elevação do padrão tecnológico de uma sociedade. Demonstra-se, assim, que a existência de uma espiral educacional positiva - onde um ensino fundamental de qualidade, possibilita um ensino médio de qualidade que, por sua vez, garante a matéria prima sobre a qual se erige um ensino superior de qualidade - é o alicerce fundante das condições do desenvolvimento tecnológico, produtor de riqueza, viabilizador da redução das desigualdades regionais e condição básica para a geração do bem-estar social.

Em suma, as reflexões realizadas nesta seção do artigo nos colocam diante de um contexto, assim como o que se verifica para o Brasil, onde a economia cearense apresenta resultados positivos, mensurado na evolução do PIB, com um mercado de trabalho que oferta cada vez mais ocupações complexas, concentradas no setor comércio e de serviços, e na estrutura populacional extremamente positiva, dado o expressivo contingente de pessoas em idade ativa. Contudo, esta é uma realidade que contrasta com o da educação, que apresenta elevadas taxas de abandono no ensino fundamental e médio. O fato de, já no ensino fundamental, o sistema não possuir a capacidade de reter os alunos, enseja a consecução de um problema de origem - a incapacidade de dotar as pessoas dos conhecimentos adequados na idade regulamentar - que se desdobra nas fases seguintes, na medida em que se reduz o número de pessoas que vão buscando a ampliação de conhecimentos formais. Este problema que vai se avolumando na medida em que se passa do ensino fundamental para o médio, e deste para o ensino superior, finda resultando na redução do número de pessoas em idade ativa, devidamente instrumentalizadas, para o aprendizado técnico-científico.

PANORAMA DO ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL CEARENSE

A municipalização do ensino fundamental foi adotada pelo Governo Federal alicerçada na ideia de que, submetida às gestões locais, o sistema educacional direcionado para a formação básica poderia alcançar melhor desempenho quantitativo e qualitativo. A crença na viabilidade desta perspectiva assenta-se, grande parte, no fato de que o conhecimento dos problemas locais, que funcionam como impedimentos ao ingresso e a permanência da criança e do adolescente na escola, seriam identificados com maior precisão por aqueles que vivenciam o cotidiano dos municípios. Com efeito, o pressuposto de que o conhecimento mais aprofundado da realidade possibilita uma intervenção mais eficaz é aceita pelas mais diversas áreas do conhecimento e pode ser aplicada ao agir humano de qualquer ordem. E num país com as dimensões do Brasil, diverso no aspecto geográfico, detentor de espaços socialmente formados a partir de explorações econômicas as mais variadas, com cidades extremadas em características próprias de pequenos centros abastecedores de sítios e fazendas agrícolas e outras que são megametrópoles com indústrias, comércios e serviços inseridos na circulação internacional de mercadorias; enfim, um país constituído de espaços onde são radicalmente distintos os estágios de desenvolvimento socioeconômico, a descentralização municipalizada do ensino básico se apresenta como alternativa administrativa adequada.

É consenso que o modelo administrativo vigente promoveu maior autonomia financeira e pedagógica aos municípios. A grande questão que se coloca, hoje, é o fato de que esta engenharia erigiu um sistema que possui níveis de eficiência radicalmente divergentes, onde alguns municípios pontilham como excelentes no concernente a cobertura do ensino fundamental nos aspectos geográficos e populacionais, uma vez que atende adequadamente a população na idade escolar do nível fundamental em todas as áreas do município, seja disponibilizando estruturas físicas estrategicamente distribuídas, seja elaborando logísticas de transportes ou, então, combinando estas linhas de ações. Também se identificam municípios que conceberam

experiências pedagógicas capazes de possibilitar um aprendizado de qualidade que alcança a maioria dos alunos, experiências estas aferidas nos exames nacionais e que têm seu desempenho nacionalmente divulgado pelo Governo Federal. Porém, há municípios que não conseguem combinar níveis relevantes de eficiência nos aspectos quantitativo ou qualitativo; havendo, ainda, outros que falham nos dois aspectos. São estes municípios que arrastam a média da qualidade da educação fundamental brasileira para baixo.

Neste artigo, não será feito uma análise comparativa municipal, pois se tem aqui como preocupação basilar fazer uma reflexão do conjunto, ou seja, da totalidade dos municípios cearenses. Neste sentido, as análises estão assentadas em dados municipais agregados por Estado e por macro regiões político-administrativas.

Os dados da tabela 07, onde estão explicitadas as taxas de aprovação, reprovação e de abandono para o ano de 2010, apresentam o 1º ano como aquele de melhor desempenho, dado que aí se encontra a maior taxa de aprovação, associada à menor taxa de reprovação e a uma taxa de abandono que é mais alta somente do que às taxas do 2º e do 3º ano. Este quadro já nos força a uma reflexão que busque respostas para questões que perpassam todo o sistema educacional. A melhor taxa de aprovação aparece justamente neste ano porque é realizado um esforço pelo corpo docente e pelo quadro de gestores para se evitar a reprovação, dada à compreensão de que a criança está adentrando no início do primeiro ciclo do ensino fundamental, apreendendo as ferramentas básicas de aprendizagem, e que, ao se considerar a subjetividade de cada indivíduo, há variações temporais para a interiorização destas ferramentas; por isto, deve-se evitar ao máximo a reprovação nos anos iniciais.

No Brasil, a partir dos anos 1990, sob a influência de um debate internacional que se desenvolveu nos trinta anos anteriores, a discussão sobre as causas impeditivas da ampliação da escolaridade do conjunto da população e da competência para o aprendizado de conhecimentos complexos passou a salientar mais efusivamente o problema da reprovação como fator determinante, assim deslocando as atenções dos especialistas sobre o tema

que até então os atraíam: a questão da evasão. O argumento de Ribeiro (1991), ao criticar os estudos sobre as estatísticas educacionais, é um exemplo desta nova abordagem:

Desde a década de 60, começam a aparecer trabalhos internacionais indicando que estes dados oficiais contêm erros sistemáticos importantes, que têm conduzido os pesquisadores e autoridades educacionais destes países a análises e políticas que simplesmente não levam em conta o principal problema de fluxo de alunos nos sistemas, que é a excessiva taxa de repetência escolar, principalmente nas primeiras séries. (RIBEIRO, 1991, p. 2).

Verticalizando a análise dos dados da tabela 07, pode-se afirmar que o abandono no 1º ano, mesmo sendo a terceira menor taxa, observada dentre os nove anos do ensino fundamental, já chama a atenção para questões que tanto se encontram no âmbito do sistema escolar como fora dele, na família e na economia. Em primeiro lugar, este resultado nos leva a questionar se o ambiente escolar e a prática pedagógica exercem atratividade sobre os jovens recém-ingressos, ou seja, se o ambiente é capaz de fazê-los superar barreiras culturais, dado que eles estão adentrando num universo desconhecido, instituído de normas de interação social às vezes não completamente dominadas, contatando com uma dimensão de sociabilidade estranha a do domicílio, que possui uma estrutura e uma hierarquia desconhecidas, que impõe o domínio de certas habilidades para que se obtenha sucesso no relacionamento tanto com o grupo de iguais como com as pessoas situadas em níveis hierárquicos superiores. Qual a experiência escolar da família de origem? O tempo de frequência escolar dos pais e responsáveis foi suficiente para a interiorização das ferramentas de aprendizagem e para a sua transmissão coerente aos filhos, quando ainda se encontram na idade pré-escolar? Os jovens recém-ingressos trazem em si uma estrutura facilitadora ou não da introjeção das normas de aprendizagem? Infelizmente, a escola não se coloca estas questões, e como não realiza este procedimento, também não elabora estratégias de enfrentamento.

Tabela 07
Taxa de Aprovação, Reprovação e de Abandono do Ensino Fundamental
Estado do Ceará
2010

Ano	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
1º	94,4	3,7	1,9
2º	89,8	8,8	1,4
3º	86,7	11,5	1,8
4º	87,5	10,4	2,1
5º	89,0	8,9	2,1
6º	79,5	15,3	5,2
7º	84,0	11,3	4,7
8º	85,9	8,9	5,2
9º	90,3	4,9	4,8
1º ao 5º	89,2	8,9	1,9
6º ao 9º	84,6	10,4	5,0
Total	87,1	9,6	3,3

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)

Por outro lado, as questões relativas à sobrevivência da família contribuem para a permanência ou para o abandono do sistema escolar. Assim, vale a seguinte indagação: o município disponibiliza mecanismos para os pais de baixa renda, que precisam trabalhar os dois expedientes, meios para manter o jovem na escola? Como, por exemplo, a oferta de vagas nos dois turnos. Através das secretarias do trabalho ou de assistência social, desenvolve políticas educativas e coercitivas de combate ao trabalho infantil?

Nas duas últimas décadas, assistimos ao surgimento de políticas assistencialistas, de amparo às famílias de baixa renda, que vinculam o recebimento de benefícios financeiros à permanência dos filhos na escola. Não resta dúvida que a concepção desta política pública contribuiu – e continua contribuindo – positivamente para o refreamento das taxas de abandono. Para sustentar que o fortalecimento da assistência social beneficiou os índices de desempenho da educação brasileira, pode ser referenciado as estatísticas para o ano de 1982, que indicavam, segundo análise da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) feita por Ribeiro (1991), cerca de 1,4 milhão de crianças no intervalo dos 7 aos 14 anos fora da escola; sendo que, aproximadamente 70% residiam nas áreas pobres do Nordeste, onde sobressaíam-se problemas de fome e saúde, pondo a educação para estas famílias num plano inferior. Assistiu-se, principalmente nestas áreas do

Nordeste, uma melhora acentuada dos índices de desempenho da educação, grande parte deste resultado deriva da redução de famílias que sobreviviam abaixo da linha de pobreza; contudo, ainda há muito para se caminhar, pois ao se comparar a educação brasileira com outras realidades sociais percebe-se que nos encontramos aquém do potencial a ser atingido, o que aponta para a necessidade da adoção de medidas complementares as que foram implantadas nos últimos vinte anos.

A necessidade do desenvolvimento de outras estratégias é comprovada quando se observa as taxas de desempenho do 6º ano. Pois é, neste ano, que se combina a menor taxa de aprovação (79,5) com a mais alta taxa de reprovação (15,3) associada à taxa de abandono (5,2) mais elevada dentre os nove anos do ensino fundamental. O 6º ano é uma passagem de um ciclo de ensino, em que as aulas são ministradas por um professor para um ciclo onde o conteúdo é fragmentado em disciplinas ministradas por vários professores. Há também uma alteração no método de aprendizagem que passa a requerer uma maior capacidade de abstração, de sorte que se amplia a complexidade do ensino. Ora, os alunos que não conseguiram superar até aqui as barreiras culturais, que não tenham introjetado os elementos que os levem a atribuir significado para as coisas que lhes são apresentadas na escola, que não tenha interiorizado os signos que os possibilitem interpretar as simbologias instituidoras das disciplinas, não conseguirão aprender, na proporção dimensionada para a faixa de idade considerada como a ideal para este ciclo do ensino fundamental, os conhecimentos repassados; e, na medida em que não consegue retê-los, vai paulatinamente ampliando a sua dificuldade para o domínio dos conhecimentos posteriormente ministrados, o que contribui para o recrudescimento da taxa de abandono nos anos seguintes.

Somando-se às determinações culturais, o fato de que a maior parte dos alunos possuem entre os treze e quatorze anos, idade que para muitas famílias é a adequada para o ingresso no trabalho, tem-se a base sobre a qual se alargam as taxas de abandono, que, entre o 1º e o 5º ano, é em média de 1,9; e, entre o 6º e o 9º ano, salta para 5,0. Este resultado indica que, com a passagem do ciclo concernente aos cinco primeiros anos do ensino

fundamental para o ciclo dos últimos quatro anos, se tem uma expansão da ordem de 163%.

A análise comparativa das taxas de aprovação, reprovação e de abandono por macrorregiões administrativas do Estado do Ceará indica que, para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), se verificou uma taxa média de aprovação equivalente a 84,1; já para a Região Sobral/Ibiapaba a taxa média de aprovação alcançou 91,3. Com relação à taxa de reprovação, verificou-se também que a RMF obteve um desempenho aquém das outras regiões, alcançando o patamar de 11,4; já na Região Sobral/Ibiapaba observou-se uma taxa de 6,5. A taxa de abandono registrada para a RMF foi de 4,5 e para a Região Sobral/Ibiapaba foi de 2,1. Este resultado impressiona, quando se mensura a distância entre as taxas, dado que se observa que a taxa da RMF é 114% mais elevada que a Sobral/Ibiapaba.

Tabela 08
Taxa de Aprovação por macrorregiões
Estado do Ceará
2010

Ano	Taxa de Aprovação							
	Região Metropolitana de Fortaleza	Litoral Oeste	Sobral / Ibiapaba	Sertão dos Inhamuns	Sertão Central	Baturité	Litoral Leste	Cariri
1º	92,4	96,1	96,2	91,9	96,3	95,3	97,0	94,0
2º	83,6	95,7	96,5	90,5	89,9	92,7	89,9	92,4
3º	83,8	91,2	91,7	87,2	88,2	88,8	84,9	84,8
4º	85,8	91,3	90,7	86,4	88,6	87,7	84,9	86,6
5º	88,2	91,6	93,6	87,6	89,2	86,9	86,6	86,8
6º	76,4	84,9	86,7	76,7	81,4	79,2	77,0	77,9
7º	80,4	88,6	88,8	83,2	85,9	85,9	82,0	83,4
8º	82,8	89,5	88,6	85,1	87,9	86,0	84,6	86,3
9º	87,5	93,5	91,8	89,8	91,1	93,4	90,4	91,0
1º ao 5º	86,5	93,0	93,5	88,6	90,1	90,0	88,1	88,6
6º ao 9º	81,3	89,0	88,8	83,3	86,3	85,6	83,0	84,1
Total	84,1	91,1	91,3	86,1	88,4	87,9	85,8	86,6

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)

Tabela 09
Taxa de Reprovação por macrorregiões
Estado do Ceará
2010

Ano	Taxa de Reprovação							
	Região Metropolitana de Fortaleza	Litoral Oeste	Sobral / Ibiapaba	Sertão dos Inhamuns	Sertão Central	Baturité	Litoral Leste	Cariri
1º	4,1	2,8	3,3	6,5	2,7	3,1	2,1	4,2
2º	13,5	3,7	3,3	8,8	9,4	6,5	9,5	6,6
3º	13,2	7,8	7,5	11,4	10,7	10,0	13,6	13,3
4º	11,2	7,3	8,4	11,4	10,0	10,2	13,3	11,5
5º	9,0	7,0	5,4	10,4	9,0	11,0	11,4	11,0
6º	17,0	11,7	9,9	17,9	13,9	16,2	18,5	16,6
7º	13,5	8,3	7,8	11,5	9,6	9,8	13,7	12,0
8º	10,9	6,6	7,3	9,4	6,9	8,9	10,9	8,6
9º	6,6	2,9	3,9	4,9	4,2	2,5	5,3	4,7
1º ao 5º	10,5	5,9	5,8	9,8	8,6	8,5	10,5	9,7
6º ao 9º	12,4	7,5	7,4	11,3	9,0	9,8	12,6	11,0
6º ao 9º	11,4	6,6	6,5	10,5	8,8	9,1	11,4	10,3
Total								

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)

Tabela 10
Taxa de Abandono por macrorregiões
Estado do Ceará
2010

Ano	Taxa de Abandono							
	Região Metropolitana de Fortaleza	Litoral Oeste	Sobral / Ibiapaba	Sertão dos Inhamuns	Sertão Central	Baturité	Litoral Leste	Cariri
1º	3,5	1,1	0,4	1,6	1,0	1,7	0,9	1,7
2º	2,9	0,6	0,3	0,7	0,7	0,7	0,7	1,0
3º	2,9	1,0	0,8	1,4	1,1	1,3	1,4	1,8
4º	3,1	1,4	0,9	2,2	1,4	2,1	1,9	1,9
5º	2,8	1,4	1,0	2,0	1,8	2,1	2,0	2,2
6º	6,6	3,4	3,4	5,4	4,7	4,6	4,5	5,5
7º	6,1	3,1	3,4	5,3	4,5	4,3	4,3	4,6
8º	6,3	3,9	4,2	5,5	5,2	5,1	4,5	5,1
9º	5,9	3,6	4,3	5,3	4,7	4,1	4,3	4,3
1º ao 5º	3,0	1,1	0,7	1,6	1,2	1,6	1,4	1,7
6º ao 9º	6,3	3,5	3,8	5,4	4,7	4,5	4,4	4,9
6º ao 9º	4,5	2,2	2,1	3,4	2,8	3,0	2,8	3,2
Total								

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)

Importa considerar que a Região onde se constata o desempenho mais pífio no ensino público fundamental é justamente aquela em que o mercado de

trabalho é o mais complexo do Estado, porque concentra a produção industrial e possui o maior número de organizações comerciais e de serviços, demandantes de mão-de-obra qualificada. Isto nos remete para o fato de que há aí uma necessidade premente do desenvolvimento de ações promotoras de uma melhoria da qualidade do ensino, no nível aqui analisado; uma vez que, como visto anteriormente, isto compromete o desenvolvimento socioeconômico no longo prazo. Além do que, quando se analisa a importância do ensino fundamental em relação à qualificação para o trabalho, se constata que a ineficiência neste segmento do ensino formal não produz indivíduos capazes de absorver os conhecimentos técnicos necessários à realização de uma produção competitiva. Noutras palavras, educação do ensino fundamental ruim implica na formação de trabalhadores de baixa qualidade para as funções na base da pirâmide produtiva, e, por efeito inercial, cria dificuldade para uma oferta de trabalhadores qualificados e capazes de elevada produtividade nas funções de média e de alta qualificação.

Para atender o objetivo de construir um mosaico panorâmico do ensino fundamental cearense, vale trazer para esta discussão, como informação complementar e abalizadora do que até aqui já se discutiu, os resultados recentes do Estado do Ceará nas avaliações nacionais. E o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) se apresenta como ideal para este intento, porque se trata de um instrumento avaliativo de dimensão nacional e que considera em seu cálculo o comportamento de variáveis de fluxo (promoção, repetência e abandono) e o desempenho dos alunos em provas padronizadas aplicadas aos alunos de final de etapas (5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio), o que possibilita uma confrontação do ensino da escola, do município ou do Estado com médias regionais ou a média nacional. E, também, porque o IDEB tem como pressuposto uma avaliação que combina variáveis que levam a adoção de estratégias que visem à construção de um sistema ideal, como chama a atenção Fernandes (2007, p. 7), um tipo de ensino “no qual todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com

repetências, não abandonassem os estudos precocemente e, ao final de tudo, aprendessem”.

Os dados da tabela 11, referente ao desempenho do ensino fundamental público nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostram que os alunos do 5º ano apresentaram uma melhora significativa, na medida em que para o ano de 2009 o índice atingido foi de 4.1, superior em 46,43% ao índice registrado em 2005, que foi de 2.8. Quando este desempenho é verificado em relação às metas projetadas, tem-se que em 2009, o desempenho do 5º ano ficou próximo ao que está projetado para 2015.

Tabela 11
Índice de desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) Observado e Projetado
Estado do Ceará
2005 a 2021

Ano	IDEB Observado		Metas Projetadas	
	5º ano	9º ano	5º ano	9º ano
2005	2.8	2.8	-	-
2007	3.5	3.3	2.9	2.8
2009	4.1	3.6	3.2	3.0
2011	-	-	3.6	3.3
2013	-	-	3.9	3.6
2015	-	-	4.2	4.0
2017	-	-	4.5	4.3
2019	-	-	4.8	4.6
2021	-	-	5.1	4.8

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

Já os dados concernentes ao 9º ano indicam que ocorreu uma melhora, mas que não foi tão substancial quanto ao do 5º ano. O crescimento do índice de 2005 (2.8) para 2009 (3.6) foi de 28,57%, este desempenho foi aproximadamente a metade do que foi alcançado para o 5º ano. Entretanto, o resultado de 2009 do 9º ano foi igual ao projetado para o ano de 2013.

Em síntese, as informações aqui analisadas nos indicam que existem problemas graves a serem enfrentados no ensino fundamental, destacando-se as taxas de abandono, mas que também se observam que avanços ocorreram, quando se verifica o desempenho do Estado nas avaliações nacionais. Contudo, os dados referentes ao desempenho regional indicam que há disparidades na qualidade do ensino público prestado às populações, de sorte

que existem regiões com resultados pífios que arrastam o desempenho médio do Estado para baixo.

OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS

Ao se analisar o ensino fundamental como um subsistema do ensino, é possível compreendê-lo como uma estrutura em que permeiam determinações endógenas e exógenas, porque recaem sobre ele influências originadas de sua organização e dos agentes que o constituem, das partes constituintes do sistema ao qual ele integra e de elementos instituidores de outros sistemas. Ou seja, refletir sobre o ensino fundamental nos remete para as questões relativas ao seu funcionamento interno, os aspectos infraestruturais (prédios, salas de aulas, professores, coordenadores e pessoal de apoio), os pedagógicos e os gerenciais; para a qualidade e a quantidade dos egressos, se se direcionam ao mercado de trabalho ou aos níveis de ensino seguintes; para as famílias de origem dos alunos, dado que o conhecimento das condições socioeconômicas aí existentes possibilita o entendimento das dificuldades de aprendizagem que poderão se manifestar; para o mercado de trabalho, dada a atratividade que pode se abater sobre as famílias de baixa renda. Em suma, três agentes substanciais se destacam no estudo da educação fundamental: o Estado nas esferas federal e municipal, as famílias e as empresas.

Estes agentes devem ser municiados de informações e condições que possam dotá-los da capacidade de se tornarem coparticipes da responsabilidade para o funcionamento ideal de um ensino público fundamental necessário às condições da sociedade contemporânea.

Focando o Estado em sua esfera federal, o que as questões suscitadas no texto nos levam a pensar como relevantes para uma atuação mais consequente são o contínuo aperfeiçoamento das atividades de acompanhamento e de controle nacionalmente exercidas. Não se pode deixar de reconhecer que a implantação do IDEB foi um avanço excepcional para o acompanhamento das escolas municipais de todo o território nacional; porém, é preciso manter um olhar permanente para os instrumentos adotados (os

exames nacionais), no intuito de se realizar um aperfeiçoamento contínuo, alargando as questões que são avaliadas. Neste sentido, além das médias colocadas como metas a serem atingidas para variáveis eleitas como necessárias para se alcançar a universalização e a melhoria da qualidade do ensino, é preciso avançar para a averiguação de variáveis relacionadas à subjetividade dos avaliados, como autonomia, motivação e interesse em se informar e discutir acerca das questões que afetam a vida da comunidade na qual ele se encontra inserido.

Os municípios, compreendido como a esfera do poder público a mais adequada ao gerenciamento do ensino fundamental, é a dimensão estatal que tem maior capacidade para influir positivamente no desenvolvimento do ensino básico. Mirando-se nos exemplos reconhecidos nas avaliações nacionais, os gestores municipais podem adotar estratégias pedagógicas e gerenciais capazes de ampliar as matrículas, reduzir reprovações e abandonos. Para isto, faz-se necessário colocar o interesse público aquém e além das disputas comezinhas pelo poder, impeditivas das trocas de experiências; Mas, principalmente, é preciso pensar os projetos e programas de educação no longo prazo, as ações com resultados positivos de gestões anteriores têm de ser mantidas e, se possível, aperfeiçoadas.

Ao longo do texto já se indicou que a educação não se restringe a escola, pois cabe importante papel as famílias e as empresas. Vimos que um dos grandes entraves se encontram nas elevadas taxas de abandono. É certo que um ensino de qualidade, dinâmico, envolvente e participativo, desperta o interesse do aluno; porém, não podem ser menosprezadas as forças que se exercem sobre os jovens de famílias de baixa renda que os levam a ingressar precocemente no mercado de trabalho, e mais do que a coerção punitiva sobre pais, responsáveis ou empresas, a consciência de que a demanda futura de mão-de-obra é sempre mais exigente quanto à qualificação induziria todos ao consenso de que o capital humano bem preparado é mecanismo gerador de produtividade. A partir daí, é possível a consecução da seguinte espiral virtuosa: capital humano de qualidade implica em mais produtividade, fomentadora de ganhos de capital, que gera condições de investimentos, assim

ampliando a competitividade, base para o aumento da riqueza, alicerces sobre o qual pode se erigir políticas de geração de bem-estar social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eduardo; BARRETO, Ricardo Candéa Sá. **A contribuição do capital humano para o crescimento econômico e convergência espacial do PIB per capita no Ceará**. 2008. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/1.pdf>. Acesso em: 25 set. 2012.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Quadro Macroeconômico Brasil e Nordeste: 2000 a 2010**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/indicadores_macroeconomicos_brasil_nordeste_fev12.pdf/d6a134e4-99c0-472f-a244-d771397550c5>. Acesso em: 15 nov. 2014.

BARROS, Ricardo Paes et al. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2002. (Texto para discussão, n. 857).

CASTRO, Cláudio de Moura. O ensino médio: órfão de ideias, herdeiro de equívocos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 113-124, 2008.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Mapeamento das condições de educação, renda e infraestrutura domiciliar dos municípios cearenses**. Fortaleza, 2011.

_____. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **A evolução da composição do PIB Cearense na década de 2000: a importância das principais atividades**. Fortaleza, 2011.

DIAS, Joilson. Instituições dos Estados, educação dos jovens e analfabetismo: um estudo econométrico em painel de dados. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 359-380, 2000.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília, DF: MEC : INEP, 2007. Disponível em: <http://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/IDEB-Texto_para_discuss%C3%A3o26.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2012.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Acesso em: 10 out. 2014.

LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales et al. **Capital humano no estado do Ceará**: análise discriminante entre municípios. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/1.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2012.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 12, p. 7-21. 1991.

ROCKWELL, Elsie. Os usos escolares da língua escrita. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 58, p. 85-95, 1985.

TURRA, Cássio Maldonado. **Contabilidade das gerações**: riqueza, sistema de transferências e consequências de mudança no padrão demográfico brasileiro. 2000. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

VIEIRA, Cilane da Rosa et al. Crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil: uma análise comparativa entre o PIB per capita e os níveis educacionais. **Revista Análise**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 28-50, 2008.

Artigo recebido em: 09/12/2014

Aprovado em: 12/10/2015